

RECEBIDO

29/10/19
Luana Maria



Balneário Camboriú, 28 de outubro de 2019.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO CAMBORIÚ/SC;
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - CEIV.
ILMOS. SRS. FÁBIO MIRANDA BECKER (PRESIDENTE);

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018033678

A **PDBS – PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS – PARTICIPAÇÕES LTDA.**, já qualificada no processo administrativo em epígrafe, diante de que tomou conhecimento do Ofício nº 074/2019 assinado pela Presidência desta – CEIV, vem mui respeitosamente perante V.Sas, através de seu representante legal já qualificado anteriormente, se manifestar sobre o referido PARECER, através do que segue:

1 – Conforme se denota do Ofício 074/2019 enviado à PDBS por esta Ilustríssima Comissão, o processo de análise do E.I.V. do BC PORT não foi realizado, pois segundo se fundamentou, o mesmo foi encaminhando para o Departamento de Análise de Projetos da Secretaria de Planejamento de Balneário Camboriú, em pretensão atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa 001/2019, que em tese estabelece que os empreendimentos que dependam de autorização legislativa devem ser devolvidos ao referido Departamento.

2 – A PDBS crê que tal procedimento adotado pela CEIV está equivocado, eis que o Projeto BC PORT e todos os seus estudos decorrentes, não necessitam, de AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA do MUNICÍPIO, dado que:

- a) O PROJETO DO BC PORT, segundo a Constituição Federal (art. 20, incisos VI e VII; art. 21, incisos XII, letra “F” e art. 22 inciso X) e a Lei Federal 12.835/13 só podem ser AUTORIZADOS e LEGISLADOS pela UNIÃO FEDERAL, não tendo o Município competência alguma para AUTORIZAR e LEGISLAR sobre a construção de Portos, em especial a do BC PORT.
- b) Como foi amplamente divulgado na imprensa regional e nacional, a UNIÃO FEDERAL, dentro da sua competência constitucional e legal, já AUTORIZOU a PDBS a construir o BC PORT, através da celebração, no último dia 25.09.2019, do CONTRATO DE ADESÃO, cujo objeto é a referida AUTORIZAÇÃO para sua construção – **ANEXO I**. O Extrato do mencionado contrato celebrado com a União foi publicado no Diário Oficial da União do último dia 07.10.2019 – **ANEXO II**.



PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS
CNPJ: 23.423.443/0001-90
3ª Av., nº 601 – SL 503- Balneário Camboriú – SC
CEP 88330-087
contato@shiphandlers.com.br
+55 47-2125-7139 - www.shiphandlers.com.br

- c) Ainda, segundo o PARECER 5444/2019 exarado pela própria PROCURADORIA GERAL deste MUNICÍPIO, especificamente feito para este processo de análise do E.I.V., reconheceu-se a competência privativa da União para Legislar sobre Portos. O reflexo deste entendimento no presente processo, ao contrário do que se pretende pelo conteúdo do ofício ora respondido, é muito claro, ou seja, nenhuma lei do MUNICÍPIO pode versar sobre a matéria de Portos, muito menos legislar de forma a restringir o empreendimento já AUTORIZADO pela UNIÃO FEDERAL. Abaixo apresentamos recorte do PARECER da PROCURADORIA MUNICIPAL (ANEXO III), o referido trecho que trata sobre a competência da UNIÃO:
3. É inegável que, nos termos do art. 22, X, da Constituição Federal e dos arts. 1º, §2º, e 8º, I, da Lei n.º 12.815/2013, a competência legislativa privativa sobre regime dos portos, bem como a competência administrativa para exploração indireta das instalações portuárias e autorização da implantação de terminais de uso privado, são da União.
4. Disso se extrai que este Município, de fato, não poderia legislar de modo a modificar o rito de autorização de instalação portuária previsto na Lei n.º 12.815/2013 e tampouco interferir nos atos de competência do poder concedente, sob pena de extrapolar as competências legislativa e administrativa da União. Penso que a PDBS tem razão nesse ponto.
- d) Tal posicionamento da PROCURADORIA deste Município, não poderia ter sido diferente, eis que se coaduna com as disposições constitucionais sobre a matéria e, inclusive, dialoga com jurisprudência atualíssima do Supremo Tribunal Federal: Note-se:

"EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – CAUTELAR – REFERENDO – AGRAVO REGIMENTAL – INADEQUAÇÃO. SERVIÇOS PORTUÁRIOS E REGIME DOS PORTOS – ARTIGOS 21, INCISO XII, ALÍNEA "F", E 22, INCISO X, DA CARTA DA REPÚBLICA – COMPETÊNCIA MATERIAL E LEGISLATIVA DA UNIÃO – LEI MUNICIPAL RESTRITIVA – VIOLAÇÃO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – PACTO FEDERATIVO. (...); De início, surge contrário ao preceito fundamental da federação lei municipal restritiva de operações comerciais em área portuária ante a competência da União para, privativamente, legislar sobre o regime dos portos e explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, tais atividades. liminar referendada.

Decisão: Com efeito, a Lei Complementar 813, de 29/11/2013, do município de Santos/SP, a pretexto de alterar dispositivos da Lei Complementar municipal 730/2011, que disciplina o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área insular do referido ente federativo, terminou por invadir competência privativa da União para legislar sobre o regime dos

portos, estabelecendo a disciplina acerca de sua exploração, administração, bem como das operações e instalações portuárias, nos termos do art. 21, X, da Constituição Federal.

Isso posto, defiro o pedido (...);

(ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – CAUTELAR –
REFERENDO – ADPF Nº 316-DF – MIN. MARCO AURÉLIO – ORGÃO JULGADOR – TRIBUNAL
PLENO – PUB NO DFe 235 – DOU 01-12-2014 – JULGAMENTO DO DIA 25/09/14)

3 – Em virtude do alegado acima, resta evidente, que o disposto no parágrafo único do art. 9º da IN 001/19 não deve ser aplicado ao BC PORT e, assim, é dever da presente COMISSÃO dar seguimento à análise do E.I.V. do BC PORT, nos exatos termos do caput art. 9º da Referida Resolução Municipal, desconsiderando o seu parágrafo único por ser inaplicável ao caso do BC PORT, ou seja, deve a COMISSÃO exarar *sua manifestação quanto a conformidade do projeto com a legislação urbanística em geral, limitando-se apenas à mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança.* (caput do art. 9º da IN 001/2019).

4 – Não é demais lembrar, que como o E.I.V. do BC PORT foi protocolado antes da emissão do PARECER da PROCURADORIA DO MUNICÍPIO nº 5.477/2019, a regra de transição contida no caput do art. 9º do referido regulamento, se amolda perfeitamente ao caso do BC PORT.

5 – É de se asseverar ainda, que mesmo que houvesse qualquer possibilidade do MUNICÍPIO legislar sobre portos, e não há, a disposição do caput do art. 9º da IN 001/2019, por si só, aponta exatamente qual o ato a ser praticado pelo Município, vale dizer: a municipalidade deverá se manifestar sobre o E.I.V, exatamente nos termos do PARECER PRGR 5477/2019 (ANEXO III), ou seja: *“orienta que a atuação do CEIV se restringe a mensuração dos impactos em caráter meramente opinativo...”*, devendo levar, por conseguinte, tal manifestação ao IMA/SC, para que este, na qualidade de único ente competente para licenciar o BC PORT (art. 13 da Lei Complementar nº 140/2011), defina às proposições do Município sobre quais as medidas compensatórias e mitigatórias dos potenciais impactos urbanísticos na cidade deverão ser realizados pela PDBS. Pontuando finalmente que esta manifestação deve debruçar exclusivamente sobre *a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança*, como bem determina o caput do Art. 9º).

6 – Note-se o que ordena o art. 13 da Lei Complementar nº 140:

Art. 13. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

§ 2º A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador.

§ 3º Os valores alusivos às taxas de licenciamento ambiental e outros serviços afins devem guardar relação de proporcionalidade com o custo e a complexidade do serviço prestado pelo ente federativo. (Os ressaltos são nossos).

7 – Pela legislação ambiental federal e estadual, é o IMA/SC que tem a competência de licenciar o BC PORT, devendo o Município ter que se dirigir a este órgão ambiental para informar quais seriam as medidas necessárias a serem tomadas para amenizarem eventual impacto urbanístico na cidade, cumprindo assim o seu papel descrito no art. 30 da Constituição Federal.

8 - Diante do que aqui foi exposto, lembrando que no caso da referida instalação Portuária a análise do E.I.V. em questão possui caráter indenizatório e não vinculativo e, finalmente, opinativo, restamos no aguardo da MANIFESTAÇÃO desta COMISSÃO sobre o E.I.V. do BC PORT, devendo a mesma ser encaminhada ao IMA/SC, para que este órgão ambiental defina as medidas a serem adotadas pela PDBS, visando a mitigação/compensação de eventuais impactos urbanos sobre a cidade.

Sendo o que nos resta para o momento, apresentamos nossos cordiais cumprimentos e restamos no aguardo de vossa ANÁLISE DO E.I.V. do BC PORT, lembrando que tal análise deverá ser levada a protocolo junto ao IMA/SC para que lá, naquele foro, por autoridade competente para tanto, se definam, na forma da lei, as eventuais medidas de mitigação/compensação, ambientais/urbanísticas no âmbito do licenciamento do BC PORT.

Atenciosamente,


ANDRÉ GUIMARAES RODRIGUES
PRESIDENTE

PDBS – PORT DEVELOPED BY SHIPHANDLERS – PARTICIPAÇÕES LTDA.



PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS
CNPJ: 23.423.443/0001-90
3ª Av., nº 601 – SL 503- Balneário Camboriú – SC
CEP 88330-087
contato@shiphandlers.com.br
+55 47-2125-7139 - www.shiphandlers.com.br

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

BRASÍLIA - DF

CONTRATO DE ADESÃO N.º 15 /2019 – MINFRA**CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA -
MINFRA, E A EMPRESA PDBS - PORTS
DEVELOPED BY SHIPHANDLERS
PARTICIPAÇÕES LTDA., COM A
INTERVENIÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS -
ANTAQ.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA**, criado pela Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, CEP 70044-902, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.115.342/0001-67, doravante denominada **PODER CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Senhor Diogo Piloni e Silva, nomeado pela Portaria n.º 254, publicada no D.O.U., de 9 de janeiro de 2019, seção 2, página 3, brasileiro, casado, servidor público, portador da carteira de identidade n.º 2093612 - SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º 726.683.001-00, tendo em vista a delegação de competência, conforme Portaria MINFRA n.º 2.787, de 24 de junho de 2019, e a empresa **PDBS - PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 200, n.º 215, Sala 01 e 02, Centro, CEP 88340-542, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.423.443/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor André Guimarães Rodrigues, brasileiro, casado, prático de manobras de navios - ZP16, portador da carteira de identidade n.º 7.552.999-6 - SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 007.126.429-94, doravante denominada **AUTORIZATÁRIA**, com a interveniência da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, autarquia especial, criada pela Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede no SEP/DF, Quadra 514, Conjunto E, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.903.587/0001-08, neste ato representada pelo Diretor Geral, o Senhor Mário Povia, nomeado por Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, brasileiro, divorciado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 15.589.015 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 052.473.918-88, doravante denominada **INTERVENIENTE**, celebram o presente Contrato de Adesão, o qual sujeita as partes ao disposto na Lei n.º 12.815, de 5 de junho de 2013; na Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto n.º 8.033, de 27 de junho de 2013, alterado pelo Decreto n.º 9.048, de 10 de maio de 2017, e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie, e ainda, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no disposto no § 2º, do art. 1º; nos incisos IV, V, VI e VII, do art. 2º; no art. 8º, 9º, 12 e 59, parágrafo único, da Lei n.º 12.815, de 2013, no Decreto n.º 8.033, de 2013, com redação dada pelo Decreto n.º 9.048, de 10 de maio de 2017,

que disciplina a exploração de Instalações Portuárias sob o regime de autorização e atribui competência à UNIÃO para a celebração do presente instrumento, bem como na correspondente regulamentação sobre as políticas e diretrizes do setor portuário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Subcláusula Primeira

O regime jurídico para a exploração da Instalação Portuária observará as disposições da Lei n.º 12.815, de 2013; da Lei n.º 10.233, de 2001; e do Decreto n.º 8.033, de 2013, alterado pelo Decreto n.º 9.048, de 10 de maio de 2017, no que couber, bem como as normas pertinentes editadas pelo Ministério da Infraestrutura e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A autorização, objeto do presente contrato, será outorgada à AUTORIZATÁRIA, que explorará a Instalação Portuária por sua conta e risco.

Subcláusula Terceira

A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando, nestes casos, as providências previstas no art. 31, da Lei n.º 10.233, de 2001.

A AUTORIZATÁRIA deverá elaborar e divulgar em seu sítio eletrônico relação de todos os serviços prestados e respectivos preços por ela cobrados dos usuários, bem como encaminhá-la à ANTAQ em até 5 (cinco) dias após sua divulgação.

Subcláusula Quarta

A ANTAQ poderá disciplinar, após consulta pública, as condições de acesso por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias arrendadas, autorizadas ou exploradas pela concessionária, assegurada a remuneração adequada a seu titular, nos termos do art. 44, do Decreto n.º 8.033, de 2013.

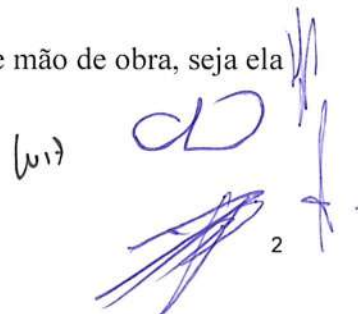
Subcláusula Quinta

Os contratos para movimentação de cargas celebrados entre a AUTORIZATÁRIA e terceiros, reger-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação, responsabilidade ou estabelecimento de qualquer relação jurídica com o poder público.

Subcláusula Sexta

Aplica-se o disposto na subcláusula anterior à contratação de mão de obra, seja ela em regime avulso ou com vínculo empregatício.

(w)



2

Subcláusula Sétima

A AUTORIZATÁRIA deverá observar as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde, de polícia marítima, dentre outras que atuem no setor portuário.

Subcláusula Oitava

Não se qualifica como direito adquirido da AUTORIZATÁRIA a permanência das condições vigentes na data desta autorização ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que lhe fixará prazo suficiente para adaptação, nos termos do art. 47, da Lei n.º 10.233/2001.

Subcláusula Nona

Poderá ser autorizado o compartilhamento das infraestruturas de acostagem pertencentes à instalação portuária objeto do presente Contrato de Adesão, nos termos do art. 43 da Resolução Normativa da ANTAQ n.º 20, de 15 de maio de 2018, ou em regramentos correlatos que versem sobre a matéria e que venham a ser elaborados pela ANTAQ.

Subcláusula Décima

A operação portuária será disciplinada pelo titular da autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a autorização, pelo PODER CONCEDENTE, para a construção e exploração, pela AUTORIZATÁRIA, de Instalação Portuária na modalidade de Instalação Portuária de Turismo - IPTur, localizada na Avenida Atlântica, Molhe da Barra Sul da Praia Central de Balneário, S/N, Centro, CEP 88330-000, Balneário Camboriú/SC, para fins de embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo.

Subcláusula primeira

A presente autorização compreende o embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo.

Subcláusula Segunda

A Instalação Portuária encontra-se localizada fora da área do porto organizado, tendo sido atendidos os requisitos de habilitação técnica e jurídica, bem como a condição de regularidade fiscal, exigidos no edital do Anúncio Público de n.º 04/2017, conforme comprovam os documentos constantes do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72 em atendimento à legislação em vigor.

Subcláusula Terceira

Considera-se carga destinada ou proveniente de transporte aquaviário aquela movimentada de ou para embarcação em operação na Instalação Portuária.

Subcláusula Quarta

A área autorizada para exploração da Instalação Portuária corresponde a 21.461,66 m², em terreno de propriedade da AUTORIZATÁRIA ou do qual detenha o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as benfeitorias que integram as respectivas instalações.

A referida área autorizada para exploração da Instalação Portuária é localizada no município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, cuja poligonal é descrita no Memorial Descritivo constante nos autos do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72.

Subcláusula Quinta

A ampliação da área da instalação portuária autorizada fica condicionada à prévia aprovação pelo PODER CONCEDENTE, desde que haja viabilidade locacional, sendo desnecessária a celebração de novo Contrato de Adesão ou a realização de novo Anúncio Público.

Subcláusula Sexta

Nos termos do § 2º do art. 35 do Decreto n.º 8.033, de 2013, poderá ser dispensada a aprovação do PODER CONCEDENTE quando a ampliação de área não implicar a necessidade de novo exame de viabilidade locacional. Nesse caso, a AUTORIZATÁRIA fica obrigado a comunicar previamente ao PODER CONCEDENTE a intenção de ampliar a área de sua instalação portuária apresentando o instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do terreno e os demais documentos que venham a ser exigidos em ato do PODER CONCEDENTE.

Subcláusula Sétima

Fica autorizado o aumento de capacidade de movimentação ou de armazenagem da instalação portuária, caso não implique ampliação de área, mediante comunicação ao PODER CONCEDENTE com antecedência mínima de sessenta dias.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A autorização pressupõe a prestação de serviço adequado, regularidade, atualidade, cortesia e continuidade por parte da AUTORIZATÁRIA, relativo às operações de movimentação de cargas, bem como de armazenagem de cargas, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, pontualidade, atualidade, cortesia na sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Incumbe à AUTORIZATÁRIA executar as obras de construção, ampliação, expansão e modernização relativas à Instalação Portuária, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações, à preservação do meio ambiente, à administração aduaneira, à infraestrutura de acesso aquaviário e ao tráfego marítimo.

Subcláusula Primeira

A execução de obras de instalações para acostagem deverá respeitar a projeção dos limites da área da Instalação Portuária sobre o espaço físico em águas públicas, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DA OPERAÇÃO E HABILITAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL

O início da operação da Instalação Portuária construída, ampliada, expandida ou modernizada estará condicionado à emissão, pela ANTAQ, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após atendimento das exigências contidas em regulamento específico.

Caberá à ANTAQ a habilitação da Instalação Portuária ao tráfego internacional, quando requerido, após o cumprimento das etapas estabelecidas em regulamento específico.

Subcláusula Primeira

O início da operação da instalação portuária deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma previsto no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de n.º 04/2017 do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei n.º 12.815, de 2013, sob pena de aplicação de penalidade pela ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A prorrogação dos prazos previstos no cronograma do Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de n.º 04/2017 do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72 poderá ocorrer mediante requerimento justificado da AUTORIZATÁRIA, nos termos do art. 26, §§ 1º e 2º, do Decreto n.º 8.033 de 2013.

Subcláusula Terceira

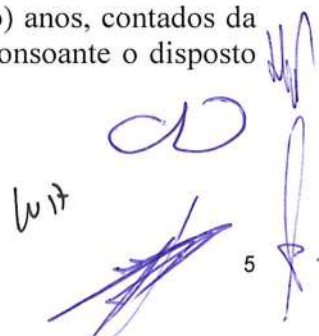
Fica dispensada a celebração de novo contrato de adesão ou a realização de novo anúncio público, as alterações efetuadas no cronograma físico e financeiro ou no montante de investimentos previstos para a implantação da instalação portuária, desde que haja aprovação do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO

A AUTORIZATÁRIA estará obrigada a remunerar a Administração do Porto Organizado sempre que fizer uso de infraestrutura por ela operada e/ou mantida.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização terá vigência por até 25 (vinte e cinco) anos, contados da data da assinatura deste contrato, prorrogável por períodos sucessivos, consoante o disposto no art. 8º, da Lei n.º 12.815, de 2013.



Subcláusula Primeira

A AUTORIZATÁRIA deverá manifestar seu interesse na prorrogação do presente Contrato de Adesão com 18 (dezoito) meses de antecedência de sua expiração, devendo apresentar proposta de novos investimentos para a expansão e modernização das instalações portuárias, consoante o disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei n.º 12.815, de 2013.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Incumbe à AUTORIZATÁRIA a execução do presente contrato, respondendo pelos prejuízos causados à UNIÃO ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela ANTAQ exclua ou atenuie essa responsabilidade.

Subcláusula Primeira

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o caput, a AUTORIZATÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo do presente contrato.

Subcláusula Segunda

É vedada a subautorização, sendo permitida, mediante aprovação pelo Poder Concedente, a transferência da titularidade da autorização a terceiros.

Considera-se como transferência de titularidade as operações de cisão, fusão, incorporação e formação de consórcio, exceto quando a autorizatária for a incorporadora.

Na hipótese acima, deverá ser observada a preservação do objeto e demais condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos pertinentes.

Subcláusula Terceira

O titular da Instalação Portuária é o responsável pela inexecução ou execução deficiente das atividades previstas nesse contrato.

Subcláusula Quarta

A operação portuária será disciplinada pelo titular da autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.

Subcláusula Quinta

A transferência de controle societário da AUTORIZATÁRIA depende de prévia análise e aprovação da ANTAQ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO

Caso a celebração deste contrato tenha sido precedida de processo seletivo público, conforme o § 2º do art. 12 da Lei n.º 12.815, de 2013, a AUTORIZATÁRIA prestará garantia de execução contratual de acordo com as regras estabelecidas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA ANTAQ

O regime jurídico estabelecido para exploração da Instalação Portuária confere à ANTAQ, em relação ao presente contrato, a prerrogativa de:

I - fiscalizar a realização de obras de construção, ampliação, expansão e modernização da Instalação Portuária;

II - acompanhar e exigir o cumprimento dos cronogramas de execução, operação e realização de investimentos previstos pela AUTORIZATÁRIA e discriminados no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de n.º 04/2017 do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes à autorização, bem como as cláusulas do presente contrato;

IV - fiscalizar a operação da Instalação Portuária, atentando para o cumprimento das disposições legais e normativas;

V - fiscalizar a prestação dos serviços, com observância aos padrões de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, pontualidade, atualidade, cortesia;

VI - aplicar sanções motivadas pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, bem como às disposições legais e regulamentares que regem a presente autorização; e

VII - estimular o aumento da qualidade e da produtividade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZATÁRIA

Constituem obrigações da AUTORIZATÁRIA:

I - fixar em local visível e manter em bom estado de conservação, a placa identificadora da Instalação Portuária, conforme modelo estabelecido pela ANTAQ;

II - enviar periodicamente à ANTAQ, relatório informando o estágio de evolução da construção ou da ampliação da Instalação Portuária;

III - informar à ANTAQ, no prazo de 30 dias contados do início da ocorrência, a interrupção da prestação de serviços da atividade portuária, bem como o seu reinício;

IV - informar à ANTAQ, no prazo de 30 dias da ocorrência do fato, substituição de administradores e mudança de endereço;

V - integrar-se ao Sistema Permanente para o Acompanhamento dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários (Sistema de Desempenho Portuário - SDP), disponível na página eletrônica da ANTAQ na internet, bem como encaminhar, por meio desse sistema, até o 10º dia do mês subsequente, relatório contendo, no mínimo:

a) natureza, tipo, quantidade e peso, na unidade de medida estabelecida pela ANTAQ, de cargas e passageiros movimentados na Instalação Portuária;

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

b) os procedimentos operacionais, equipamentos e infraestrutura da Instalação Portuária para carga e descarga de embarcações desatracadas no mês-referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação.

VI - prestar as informações solicitadas pela ANTAQ e demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

VII - encaminhar periodicamente à ANTAQ, as informações relativas à prestação de serviços de recepção de resíduos provenientes das embarcações que demandam a Instalação Portuária;

VIII - adotar medidas de segurança contra sinistros;

IX - manter equipamentos e instalações em boas condições de conservação e funcionamento, substituindo-os quando necessário, a fim de preservar a qualidade e eficiência no desenvolvimento das atividades portuárias, e a segurança das pessoas e instalações, de acordo com as normas em vigor;

X - adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar, mitigar ou estancar a geração de danos ao meio ambiente, causados por situações já existentes ou que venham a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento, observada a legislação aplicável, devendo sempre manter a licença ambiental atualizada;

XI - prestar o apoio necessário aos agentes do PODER CONCEDENTE, da ANTAQ ou de entidades por ela delegadas e às demais autoridades que atuam no setor portuário, quando no exercício de suas competências, garantindo-lhes o acesso às obras, equipamentos, instalações e registros de dados relacionados à presente autorização;

XII - realizar as seguintes atividades, sob a coordenação da autoridade marítima e/ou autoridade portuária, nas instalações portuárias autorizadas que contam com infraestrutura de acesso aquaviário própria, no âmbito do objeto da presente autorização:

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução da Instalação Portuária;

b) delimitar as áreas de fundeadoiro e de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima;

c) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação das embarcações, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

d) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas das embarcações que irão trafegar, em função das limitações e características físicas das instalações de acostagem da Instalação Portuária.

XIII - realizar as seguintes atividades, sob coordenação da autoridade aduaneira, no âmbito do objeto da presente autorização, sempre que a Instalação Portuária for alfandegada:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de cargas, de veículos e de pessoas.

XIV - atender à intimação para regularizar a execução de obra ou a operação da Instalação Portuária;

XV - acatar as intervenções da autoridade marítima nas operações portuárias e movimentações de embarcações consideradas prioritárias em situações de assistência e salvamento;

XVI - deixar de armazenar e movimentar cargas perigosas em desacordo com as normas técnicas que regulam o trânsito de produtos sujeitos a restrições;

XVII - abster-se de práticas que possam configurar restrição à competição ou à livre concorrência, ou ainda, infração à ordem econômica;

XVIII - assegurar a execução da atividade portuária, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, pontualidade, atualidade, cortesia durante todo o prazo de vigência contratual;

XIX - cumprir com o cronograma de construção e investimentos relativos à Instalação Portuária objeto da presente autorização, com o valor global de investimento de R\$ 312.830.756,16, conforme previsto no Anexo II exigido no edital do Anúncio Público de n.º 04/2017 do Processo ANTAQ n.º 50300.010926/2016-72;

XX - cumprir os parâmetros e as metas de qualidade dos serviços prestados, conforme disciplina a ser editada pela ANTAQ;

XXI - informar ao PODER CONCEDENTE eventual alteração do nome empresarial da sociedade AUTORIZATÁRIA;

XXII - cumprir as normas editadas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANTAQ no exercício de suas respectivas competências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 8.078, de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber da ANTAQ e da AUTORIZATÁRIA informações relativas à defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - obter a prestação de serviços com liberdade de escolha, observada a legislação em vigor;

III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticados pela AUTORIZATÁRIA no desenvolvimento da atividade portuária; e

IV - representar perante a ANTAQ para que esta solucione administrativamente conflitos de interesse e controvérsias relacionadas à prestação dos serviços pela AUTORIZATÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento das obrigações estabelecidas na legislação, neste contrato e nas normas estabelecidas pela ANTAQ sujeitará a autorizatária às seguintes sanções:

I - advertência;

- II - multa;
- III - suspensão;
- IV - cassação; e
- V - declaração de inidoneidade.

Subcláusula Primeira

A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção e o seu valor será fixado em conformidade com as normas estabelecidas pela ANTAQ, não podendo exceder o limite estabelecido na legislação, observando ainda o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

Subcláusula Segunda

Com exceção da cassação e da declaração de inidoneidade, as demais sanções serão aplicadas pela ANTAQ, em conformidade com as normas por ela estabelecidas, que disciplinarão os procedimentos de fiscalização e de apuração de infrações e aplicação de penalidades, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, permitida a adoção de medidas cautelares de necessária urgência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

São causas de extinção da presente autorização antes do final do prazo de vigência:

- I - a renúncia, por iniciativa da AUTORIZATÁRIA;
- II - a extinção da AUTORIZATÁRIA;
- III - a anulação;
- IV - a cassação, por decisão do poder concedente, nas hipóteses previstas neste contrato.

Subcláusula Primeira

A penalidade de anulação será aplicada quando a autorização estiver eivada de vícios que a tornem ilegal, incluindo a apresentação de documentação irregular ou com uso de má fé pela AUTORIZATÁRIA, independentemente de outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Segunda

A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada pelo PODER CONCEDENTE, mediante proposta da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

- I - não forem honradas, nos prazos assinalados, as penalidades aplicadas à AUTORIZATÁRIA, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Quarta do presente contrato;
- II - não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação da Instalação Portuária;
- III - for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;



IV - não forem fornecidos os documentos e prestadas as informações exigidas no presente contrato ou em normativo editado pela ANTAQ, ou quando solicitados pela Agência;

V - houver descumprimento ao cronograma relativo à construção, operação e realização de investimentos na Instalação Portuária objeto da presente autorização;

VI - houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular;

VII - prática das seguintes condutas sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE:

a) transferência de titularidade da presente autorização ou dos bens e instalações que a integram;

b) alteração do perfil de carga movimentada; ou

c) ampliação da área da Instalação Portuária na hipótese que haja necessidade de novo exame de viabilidade locacional.

VIII - houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e que preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento;

IX - transferência de controle societário sem prévia aprovação;

X - decretação de falência da AUTORIZATÁRIA;

XI - perda das condições de habilitação ou classificação exigidas no procedimento de autorização, caso não sejam restauradas no prazo assinalado pela ANTAQ;

XII - houver a declaração de inidoneidade.

Subcláusula Terceira

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em face da AUTORIZATÁRIA nos seguintes casos:

I - quando da prática de atos ilícitos visando frustrar a execução do objeto da autorização;

II - mediante a apresentação de informações ou dados falsos;

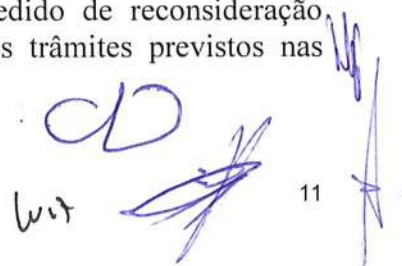
III - pela prática de atos com abuso de poder econômico ou infringindo as normas de defesa da concorrência, apuradas e julgadas na forma da legislação aplicável.

Subcláusula Quarta

A aplicação da penalidade de cassação ou de declaração de inidoneidade sujeitará a AUTORIZATÁRIA às disposições do art. 78-J, da Lei n.º 10.233, de 2001.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS

Das penalidades aplicadas e das decisões proferidas em procedimentos relativos ao presente contrato, a AUTORIZATÁRIA poderá apresentar pedido de reconsideração, dirigido à Diretoria da ANTAQ, conforme o caso, observados os trâmites previstos nas normas editadas pela ANTAQ.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IRREVERSIBILIDADE DOS BENS

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis que integram a Instalação Portuária não serão objeto de reversão à UNIÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

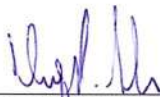
O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação de extrato do presente contrato e de seus respectivos aditamentos no Diário Oficial da União - DOU, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para dirimir controvérsias jurídicas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.

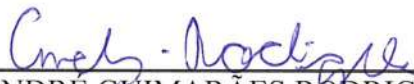
Brasília/DF, 25 de SETEMBRO de 2019.



DIOGO PILONI E SILVA
Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
PODER CONCEDENTE



MARIO POVIA
Diretor-Geral da ANTAQ
INTERVENIENTE

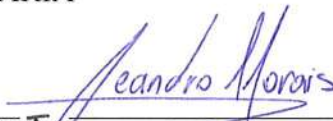


ANDRÉ GUIMARÃES RODRIGUES
Presidente - PDBS - PORTS DEVELOPED BY SHIPHANDLERS PARTICIPAÇÕES LTDA.
AUTORIZATÁRIA

Testemunhas:



Nome: LUIZ OSMAN SCARDOVELLI JR.
CPF: 029.435.329-90



Nome: LEANDRO OLIVEIRA MORAIS
CPF: 034.419.861-92

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 50000.046415/2018-35. Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 15/2014 - ANTAQ, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Agropalma S.A., CNPJ nº 04.102.265/0001-51, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: transferir a titularidade do Contrato de Adesão nº 15/2014 - ANTAQ da Companhia Refinadora da Amazônia para Agropalma S.A.. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: O instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo enquanto vigorar o Contrato ora aditado. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa Agropalma S.A., os Senhores ANDRÉ LUIZ DE TOLEDO GASPARINI e MARCELO BATISTA MOREIRA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 00045.003564/2016-53. Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 34/2014-ANTAQ, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Samarco Mineração S.A., CNPJ nº 16.628.281/0001-61, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: Ampliação de área do terminal de uso privado. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: O instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo enquanto vigorar o Contrato ora aditado. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa Samarco Mineração S.A., os Senhores RODRIGO GUIMARÃES DE ASSIS ABREU e SÉRGIO GONÇALVES MILEIPE.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 00045.004073/2016-20. Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 62/2015-ANTAQ, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Mineração Rio do Norte S.A., CNPJ nº 04.932.216/0001-46, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: Ampliação da área do terminal de uso privado. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: O instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo enquanto vigorar o Contrato ora aditado. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa Mineração Rio do Norte S.A., o Senhor PAULO HENRIQUE GONÇALVES MONTEIRO.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 50000.000004/2019-84. Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 10/2015-SEP/PR, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Ponta Negra Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 04.560.769/0001-15, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: Alteração da Subcláusula Primeira da Cláusula Quinta do contrato. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: O instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo enquanto vigorar o Contrato ora aditado. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa Ponta Negra Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda., o Senhor JOSÉ VILA BENEYTO FILHO.

EXTRATO DE ADESÃO

Processo nº 50300.012577/2018-95. Extrato do Contrato de Adesão nº 12/2019 - MINFRA, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa Potássio do Brasil Ltda., CNPJ nº 10.971.768/0001-66, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado localizada em Autazes/AM. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: 25 anos. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa Potássio do Brasil Ltda., o Senhor GUILHERME ANDRADE DOS ANJOS JACOME.

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO

Processo nº 50300.010926/2016-72. Extrato do Contrato de Adesão nº 15/2019 - MINFRA, que entre si celebram a União, por intermédio Ministério da Infraestrutura, CNPJ nº 37.115.342/0001-67, e a empresa PDBS - Ports Developed By Shiphandlers Participações Ltda., CNPJ nº 23.423.443/0001-90, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, CNPJ nº 04.903.587/0001-08. Do Objeto: construção e exploração de instalação portuária na modalidade Instalação Portuária de Turismo em Balneário Camboriú/SC. Data da Assinatura: 25 de setembro de 2019. Da vigência: 25 anos. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários **DIOGO PILONI E SILVA**; pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, o Diretor-Geral MARIO POVIA, e pela empresa PDBS - Ports Developed By Shiphandlers Participações Ltda., o Senhor ANDRÉ GUIMARÃES RODRIGUES.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 22/2019

Tornamos público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 22/2019, cujo objeto é a contratação de serviços de Service Desk (com suporte de atendimento remoto e presencial) para usuários, monitoração de ambiente tecnológico(NOC - Network Operations Center), Operação de infraestrutura e evolução do ambiente tecnológico de TIC desta Agência. A Empresa vencedora do Pregão foi GlobalWeb Outsourcing do Brasil LTDA cnpj nº 12.130.013/0003-26, Valor total: R\$ 7.873.360,80 (sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta reais e oitenta centavos).

ADERSON DE LIMA CALAZANS
Pregoeiro

(SIDEI - 04/10/2019) 113214-20214-2019NE800001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2019 - UASG 113214

Nº Processo: 00068000503201919. Objeto: Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para ligações originadas e recebidas nas instalações da Agência Nacional de Aviação Civil em Porto Alegre e Curitiba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 6. Edital:

07/10/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Scs Q. 09, Lote C, Torre A - Ed. Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113214-5-00025-2019. Entrega das Propostas: a partir de 07/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais:

GISELE APARECIDA GONCALVES DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIASGnet - 04/10/2019) 113214-20214-2019NE800001

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

Espécie: Ordem de Serviço nº 9/2019/SRA;
Processo nº 00058.019408/2019-16;
Contrato: Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2019 - Centro-Oeste;
Concedente: a União, por intermédio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
Concessionária: Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.331.544/0001-58;
Objeto: Autorização para o início da Fase I de execução do Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2019 - Centro-Oeste;
Vigência do contrato: 30 (trinta) anos;
Valor do contrato: R\$ 1.433.033.410,36 (um bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões, trinta e três mil, quatrocentos e dez reais e trinta e seis centavos);
Local e data de assinatura da Ordem de Serviço: Brasília (DF), em 3 de outubro de 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
COMISSÕES DE OUTORGA

COMUNICADO RELEVANTE Nº 7, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019

EDITAL Nº 01/2019.

A Comissão de Outorga, constituída pela Portaria nº 186, de 4 de junho de 2019, para concessão da Rodovia BR-364-365/GO/MG, torna público que o inteiro teor da ata de análise e julgamento dos documentos de qualificação da proponente primeira colocada foi disponibilizada no sítio eletrônico da ANTT, www.antt.gov.br, correndo-se o prazo para vistas e interposição de eventuais recursos, conforme item 13.1 do edital, eventos 12 e 13.

Informamos ainda que, para vistas ao processo, será necessário efetuar o Cadastro de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/ANTT), conforme orientações disponíveis no portal da ANTT, www.antt.gov.br - Processo Eletrônico (SEI) - Usuário Externo (SEI).

Realizado o cadastro, deverá ser encaminhada à Comissão de Outorga do Edital nº 01/2019 solicitação formal de acesso ao processo SEI nº 50500.329272/2019-44, observando o período de 07 a 11 de outubro de 2019, quando o processo estará disponível para vistas dos interessados.

Em complemento ao item 15.2 do Edital, a interposição de recursos poderá ser feita também por peticionamento eletrônico no SEI/ANTT, sendo necessário efetuar o Cadastro de Usuário Externo conforme procedimento acima.

DURVAL A.G. VALENTE
Presidente da Comissão de Outorga

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão, designada pela Portaria n.º 1.278, de 06 de julho de 2019, publicada, no âmbito do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, na data de 07 de julho de 2019, no Boletim Administrativo nº 129, que teve como último ato a Portaria n.º 6.291, de 13 de setembro de 2019, Boletim Administrativo nº 179, de 16 de setembro de 2019, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no caput do artigo 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, NOTIFICA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, o Sr. ALFREDO SOUBEIHE NETO, CPF nº 020.109.818-04, sobre sua condição de acusado nos autos do Processo nº 50600.030625/2017-61, em razão dos atos e fatos constantes no processo nº 50600.051607/2014-71, intimando-o (a) a comparecer, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, perante este Órgão (COMISSÃO), situado no SAUN - SETOR DE AUTARQUIAS NORTE, QUADRA 03, BLOCO A, ASA NORTE, ED. NÚCLEO DOS TRANSPORTES, SALA 13.21, CEP: 70.040-902, BRASÍLIA-DF (SEDE DO DNIT), telefone: (61)2029-8015, a fim de tomar ciência dos fatos apurados. Os autos desse mencionado processo podem ser consultados, em horário comercial, também na sede deste Órgão.

ANTONIO XIMENES FEIJÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão, designada pela Portaria n.º 937, de 11 de fevereiro de 2019, publicada, no âmbito do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, na data de 12 de fevereiro de 2019, no Boletim Administrativo nº 030, que teve como último ato a Portaria n.º 5.425, de 07 de agosto de 2019, Boletim Administrativo nº 152, de 08 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no caput do artigo 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, NOTIFICA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, o Sr. ALFREDO SOUBEIHE NETO, CPF nº 020.109.818-04, sobre sua condição de acusado nos autos do Processo nº 50600.000004/2019-15, em razão dos atos e fatos constantes no processo nº 50600.033521/2014-66, intimando-o (a) a comparecer, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, perante este Órgão (COMISSÃO), situado no SAUN - SETOR DE AUTARQUIAS NORTE, QUADRA 03, BLOCO A, ASA NORTE, ED. NÚCLEO DOS TRANSPORTES, SALA 13.21, CEP: 70.040-902, BRASÍLIA-DF (SEDE DO DNIT), telefone: (61)2029-8015, a fim de tomar ciência dos fatos apurados. Os autos desse mencionado processo podem ser consultados, em horário comercial, também na sede deste Órgão.

OSMAN DE MOURA MELO

ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DO PARAGUAI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2019 - UASG 390079

Número do Contrato: 718/2017.
Nº Processo: 50016500046201780.
PREGÃO SISPP Nº 346/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 12656408000103. Contratado : IDEAL SERVICOS LTDA -Objeto: Prorrogação de prazo contratual. Fundamento Legal: Inciso II do artigo 57 da Lei8.666/93 e clausulas contratuais. Vigência: 09/10/2019 a 08/10/2020. Valor Total: R\$756.380,26. Fonte: 100000000 - 2019NE800001. Data de Assinatura: 30/09/2019.

(SICON - 04/10/2019) 390079-39252-2019NE800069





PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROCURADORIA GERAL

PARECER PRGR n.º 1.305/2018 /2019

Origem: Secretaria Municipal do Planejamento Urbano

Documento: Ofício n.º 1.305/2018/SPU-GSPU

Interessado: Rubens Spornau

Assunto: Pedido de orientação jurídica acerca da análise do EIV do empreendimento denominado Terminal Portuário de Turismo BC Port.

AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA. TERMINAL PORTUÁRIO DE TURISMO BC PORT. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE REGIME DE PORTOS E PARA EXPLORAR E AUTORIZAR A INSTALAÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO. COMPETÊNCIA ESTA, CONTUDO, QUE NÃO AFASTA A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR SOBRE INTERESSE LOCAL E EXECUTAR A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. COMPETÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DA ANÁLISE DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA. POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA E APROVAÇÃO DO EIV PELO MUNICÍPIO COMO CONDIÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO, PELA UNIÃO, DE ATIVIDADE DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA CUJOS IMPACTOS URBANOS DEVEM SER ABSORVIDOS EXCLUSIVAMENTE PELA MUNICIPALIDADE. AUSÊNCIA DE ZONEAMENTO ESPECÍFICO E GRAU ELEVADO DE INTERVENÇÃO URBANA QUE JUSTIFICAM A SUBMISSÃO DO EIV À ANÁLISE PELO RITO DE PROJETO ESPECIAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE. OUTRAS CONSIDERAÇÕES.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

i. Trata-se de resposta, na forma de parecer jurídico, à consulta formulada pela Secretaria do Planejamento Urbano solicitando orientações a respeito da análise do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do empreendimento denominado Terminal Portuário de Turismo BC Port, em virtude da manifestação da Comissão de EIV que, por meio do Ofício



n.º 027/2018-CEIV, informou a insurgência da empresa PDBS Participações Ltda., responsável pelo empreendimento, acerca do Parecer n.º 052/2018, por meio do qual a CEIV concluiu pela análise do EIV sob o rito de Projeto Especial.

2. Passa-se à análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3. É inegável que, nos termos do art. 22, X, da Constituição Federal e dos arts. 1º, §2º, e 8º, I, da Lei n.º 12.815/2013, a competência legislativa privativa sobre regime dos portos, bem como a competência administrativa para exploração indireta das instalações portuárias e autorização da implantação de terminais de uso privado, são da União.

4. Disso se extrai que este Município, de fato, não poderia legislar de modo a modificar o rito de autorização de instalação portuária previsto na Lei n.º 12.815/2013 e tampouco interferir nos atos de competência do poder concedente, sob pena de extrapolar as competências legislativa e administrativa da União. Penso que a PDBS tem razão nesse ponto.

5. Nada obstante, tal impedimento não afasta e tampouco é incompatível com a competência atribuída pela Constituição Federal aos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, promover o ordenamento territorial e executar a política de desenvolvimento urbano no âmbito do seu território (arts. 30 e 182 da CF). A propósito, a referida competência deve ser exercida, no que interessa ao presente debate, através dos instrumentos de política urbana previstos na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), dentre os quais encontra-se o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV (art. 4º, VI).

6. Com efeito, nos termos do art. 37 do Estatuto, o aludido instrumento tem por objetivo sopesar os efeitos positivos e negativos de determinado empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades (vizinhança), sobretudo no que diz respeito a adensamento populacional, equipamentos urbanos, uso e ocupação do solo, geração de tráfego, entre outras questões relativas a infraestrutura urbana.

7. Justamente por ser a unidade federativa que deve suportar os impactos gerados pelo empreendimento é que a lei atribuiu ao município a competência para definir quais as



atividades cuja aprovação está sujeita ao prévio EIV (art. 36 do Estatuto). Ou seja, ao exigir o EIV, a municipalidade, na condição de maior conhecedora das características e demandas urbanas da cidade, “busca harmonizar interesses conflitantes, que são, de um lado, o interesse na realização de construções e, de outro, o interesse daqueles que, por sua proximidade, são suscetíveis de sofrer algum tipo de turbção daquelas”¹, devendo, após análise do estudo, concluir, com base nos critérios legais, se a cidade comporta ou não a realização do empreendimento.

8. Nesse contexto, é certo que a atividade portuária causa efeitos positivos à cidade (geração de emprego e renda e melhoria na arrecadação tributária, por exemplo). Contudo, não se pode negar que a instalação de um empreendimento com a magnitude do Terminal Portuário de Turismo BC Port, sobretudo no que diz respeito à sua estrutura adicional (da qual uma expressiva parte estaria situada no território desta cidade e não da União), geraria uma expressiva sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica desta municipalidade e, conseqüentemente, afetaria a qualidade de vida dos munícipes e a atividade turística, competindo ao Município, nos termos do Estatuto da Cidade, a análise acerca da viabilidade urbanística para comportar um empreendimento de tal porte.

9. Logo, por mais que a atividade pretendida (instalação portuária) seja regida por regime especial de competência da União, a quem compete conduzir o processo de aprovação e praticar o ato final de autorização, os impactos a serem gerados pelo empreendimento no ordenamento urbano deste Município são indiscutíveis, motivo pelo qual me parece inadequada qualquer tentativa de afastar a ingerência do Poder Público Municipal quanto à aprovação do EIV.

10. Inclusive, não é por acaso que a própria Lei n.º 12.815/2013, em seu art. 14, II, condiciona a autorização para instalação portuária à prévia “consulta ao respectivo poder público municipal”. Nesse ponto, divirjo do entendimento manifestado pela PDBS, pois, apesar de o texto legal não prever expressamente que a manifestação da municipalidade possui caráter deliberativo, penso que qualquer interpretação contrária violaria a autonomia municipal decorrente do princípio federativo, visto que conferiria à União a possibilidade de impor ao Poder Público local a absorção dos inúmeros impactos gerados por determinada

1 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao Estatuto da Cidade. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2013, p. 310.



instalação portuária sem levar em consideração a avaliação urbanística do próprio ente municipal.

11. Oportunamente, entendo, também quanto ao que dispõe a legislação municipal, que o empreendimento pretendido, por contemplar área construída equivalente 58.643,53m² e necessitar, por sua natureza ou condições, análise ou tratamento específico por parte do Poder Público municipal, bem como por envolver a instalação de “centrais ou terminais de cargas ou centrais de abastecimento”, “terminais de transportes” e “polo gerador de tráfego”, deve se submeter à aprovação de EIV, nos termos dos arts. 34, parágrafo único, 53, II, III e IV, e 54, II e V, da Lei Municipal n.º 2.794/2008 e do art. 219 da Lei Municipal n.º 2.686/2006 (Plano Diretor).
12. Além disso, tendo em vista a ausência de previsão específica, no zoneamento municipal, para as atividades acessórias ao terminal portuário (apoio logístico/retroporto, pátio de cargas, estacionamento, entre outras), ou seja, aquelas que, efetivamente, estariam situadas no território do Município, bem como diante da evidente intervenção e requalificação urbanas, com inclusão sócio-espacial e dinamização econômica que seriam causadas na região, a intenção de submissão da análise ao rito de Projeto Especial possui amparo no art. 156 do Plano Diretor. Inclusive, penso que, dada a magnitude do empreendimento, a submissão do EIV respectivo ao rito de Projeto Especial, com um maior grau de participação popular no processo de análise, através da apreciação da matéria por órgão colegiado de política urbana, realização de audiência pública e autorização legislativa, encontra absoluta compatibilidade com o princípio da gestão democrática da cidade previsto no art. 43 do Estatuto da Cidade.
13. Por fim, entendo que o fato de o projeto prever parte do empreendimento com localização fora do território do Município é irrelevante para fins de análise do EIV. Isso porque, independentemente da localização exata de parte do empreendimento, o fato é que as demandas geradas pela circulação de passageiros (embarque e desembarque) e pela logística de abastecimento das embarcações, além das áreas de apoio, terão os seus efeitos absorvidos exclusivamente por este Município, o qual terá de suportar a sobrecarga na capacidade de atendimento da sua infraestrutura básica.



14. Portanto, tal argumento, sobretudo por se tratar apenas de parte do empreendimento (já que uma expressiva parcela estaria situada dentro da área territorial desta municipalidade), não se mostra suficiente para afastar a necessidade de aprovação, pelo Poder Público Municipal, do EIV relativo à instalação portuária, como condição elementar prévia para a expedição de autorização pela União.


III – CONCLUSÃO

15. Assim, com base na fundamentação suprarreferida e em resposta ao questionamento formulado no Ofício n.º 1305/2018/SPU-GSPU e no Ofício n.º 027/2018-CEIV, opino pela possibilidade jurídica de análise, por este Município, do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do empreendimento denominado Terminal Portuário de Turismo BC Port, pelo rito de Projeto Especial.

Salvo melhor juízo,

É o parecer.

Balneário Camboriú/SC, 03 de abril de 2019.


DANIEL BROSE HERZMANN
Procurador Municipal
OAB/SC 32.767